

RELATÓRIO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS



Descritor de Património para Estudo de Impacte Ambiental
(Projeto de Execução)

Projeto de Ampliação do Aterro de Resíduos não Perigosos de Castelo
Branco
(Castelo Branco)

Entidade Contratante: GIBB PORTUGAL, CONSULTORES DE ENGENHARIA, GESTÃO E AMBIENTE, S.A.
Entidade Executante: TERRALEVIS, PATRIMÓNIO, ARQUEOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA
Junho de 2024



TERRALEVIS

1 Resumo

Os trabalhos arqueológicos (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica do terreno), executados no âmbito do Descritor de Património para o Estudo de Impacte Ambiental (PE) do Projeto de Ampliação do Aterro de Resíduos não Perigosos de Castelo Branco, não revelaram a existência de ocorrências patrimoniais na área de incidência deste projeto.

Por este motivo, não existem condicionantes patrimoniais para a ampliação/reconversão do aterro conforme proposto.

A concretização do projeto deverá ter acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem desmatamentos e movimentações de terras em terrenos ainda com a topografia original (escavações e terraplanagens), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a abertura de valas ou a desmatamento.

Após a desmatamento do terreno, será necessário proceder a novas prospeções arqueológicas sistemáticas, no solo livre de vegetação, para confirmar as observações constantes neste texto e identificar eventuais vestígios arqueológicos, numa fase prévia à escavação.

2 Índice

<u>1</u>	<u>RESUMO</u>	<u>2</u>
<u>2</u>	<u>ÍNDICE</u>	<u>3</u>
<u>3</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>5</u>
3.1	SÍNTESE DA MEMÓRIA DESCRITIVA DO PROJETO	5
<u>4</u>	<u>SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA</u>	<u>7</u>
4.1	METODOLOGIA	7
4.1.1	Levantamento de informação	7
4.1.1.1	Escala de análise espacial	7
4.1.1.2	Recolha bibliográfica	7
4.1.1.3	Análise toponímica	8
4.1.2	Prospecção arqueológica	8
4.1.2.1	Visibilidade do terreno	9
4.1.2.2	Ficha de sítio	10
4.1.2.3	Registo fotográfico	11
4.1.2.4	Registo cartográfico	11
4.1.2.5	Informação oral	12
4.1.3	Valor patrimonial	12
4.2	LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	15
4.3	BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	15
4.4	FACTOR DE PATRIMÓNIO	21
4.4.1	Caraterização da paisagem e do terreno	21
4.4.2	Ocorrências patrimoniais	22
<u>5</u>	<u>AVALIAÇÃO DE IMPACTE PATRIMONIAL</u>	<u>23</u>
5.1	ANÁLISE DOS IMPACTES PATRIMONIAIS	23
5.1.1	Fase de exploração	23
5.1.2	Síntese de impactes	23
5.2	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO PATRIMONIAL	23
5.2.1	Fase de construção (acompanhamento arqueológico)	23
<u>6</u>	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>25</u>
<u>7</u>	<u>FICHA TÉCNICA</u>	<u>26</u>
	<u>ANEXO I: DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA</u>	<u>27</u>
	<u>ANEXO II: INVENTÁRIO DE FOTOGRAFIAS</u>	<u>28</u>

3 Introdução

A **Terralevis, Património, Arqueologia e Sistemas de Informação, Lda** foi contratada pela empresa **GIBB - Portugal, Consultores de Engenharia, Gestão e Ambiente, S.A.** para fazer o Descritor de Património para o Estudo de Impacte Ambiental (PE) do Projeto de Ampliação do Aterro de Resíduos não Perigosos de Castelo Branco (Castelo Branco).

Considerando as características do projeto, este trabalho tem um caráter geográfico pontual, porque está circunscrito à área de ampliação do aterro de Castelo Branco.

A estratégia aplicada neste estudo dividiu-se em três etapas:

1. Planeamento e levantamento bibliográfico de toda a informação disponível.
2. Realização de prospeções arqueológicas sistemáticas em toda a área de implantação deste projeto.
3. Elaboração de um relatório final.

O presente texto tem com principais objetivos:

1. Caracterização dos locais com valor patrimonial identificados na área de incidência do projeto.
2. Avaliação patrimonial de cada sítio.
3. Avaliação de impactos patrimoniais.
4. Proposta de medidas de mitigação patrimonial (específicas e genéricas).

O relatório final dos trabalhos arqueológicos deverá ser entregue dentro dos prazos previstos na legislação em vigor, após a aprovação do promotor deste estudo.

3.1 Síntese da memória descritiva do projeto

Com este Pedido de Licenciamento pretende-se a Renovação/Alteração da Licença Ambiental nº38/2007 e do Alvará de Licença para a Realização de Deposição de Resíduos em Aterro nº2/2012/CCDRC, atendendo a que os mesmos terminam a 07/09/2017 e se pretende proceder à construção da célula nº3, continuando a capacidade de deposição total a ser inferior à capacidade licenciada. Esta opção prende-se essencialmente com a redução da deposição de resíduos em aterro e a aposta em métodos alternativos de reciclagem e valorização dos resíduos.

Tendo em consideração a metodologia de gestão de resíduos já existente, as atuais condições de armazenagem temporária de resíduos e as modificações propostas para as instalações, pode concluir-se que, em condições normais de funcionamento, não existe qualquer impacto ambiental significativo para as diversas componentes ambientais considerando o ambiente no seu todo. A Renovação/Alteração da Licença Ambiental é de extrema importância para que a BioSmart possa continuar a prestar um Serviço de forma integrada,

incluindo a triagem, valorização, tratamento, reciclagem e deposição em aterro com as melhores tecnologias existentes.

Com base no último levantamento topográfico realizado em Setembro de 2020 e no conjunto de pressupostos validados anteriormente, a BioSmart pretende atualizar a licença ambiental, especialmente no que concerne aos seguintes aspetos:

- a) Consideração como definitivo as zonas já exploradas e pré-encerradas;
- b) Maximizar a capacidade disponível respeitando a Plano de encerramento proposto para as células 1 e 2;
- c) Execução da célula nº3;
- d) Área de reserva para colocação de terras necessárias para o encerramento das três células.

Assim, reduzir-se-á a capacidade inicialmente prevista 650.000 m³ para 570.000 m³.

4 Situação de Referência

4.1 Metodologia

Os trabalhos arqueológicos que aqui se propõem foram executados segundo a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro), o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro de 2014), os Estatutos do Património Cultural, I. P (Portaria n.º 388/2023 de 23 de novembro), o Regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal (Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho), o Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro (Regulamentação dos Procedimentos de AIA), Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P (Portaria n.º 405/2023 de 5 de dezembro) e pretendem cumprir os Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental (Circular, de 29 de Março de 2023).

O pedido de autorização de trabalhos arqueológicos (P.A.T.A.) foi enviado ao Património Cultural I.P., no dia 16 de Abril de 2024.

Os trabalhos realizados não se sobrepõem com outros trabalhos aprovados pelo Património Cultural, I.P. e pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. A equipa técnica teve uma afetação de 100% a este projeto.

4.1.1 Levantamento de informação

4.1.1.1 ESCALA DE ANÁLISE ESPACIAL

A situação atual do fator Património circunscreve uma pequena **área de enquadramento histórico**, que tem a finalidade de facilitar a integração dos elementos patrimoniais eventualmente registados nas prospeções arqueológicas.

A **área de incidência do projeto** corresponde aos limites efetivos das áreas a intervencionar. A **área de impacte indireto** corresponde à área prospectada sem afectação direta no solo e ao limite de toda a propriedade.

4.1.1.2 RECOLHA BIBLIOGRÁFICA

O levantamento da informação de cariz patrimonial e arqueológico incidiu sobre os seguintes recursos:

- *Portal do Arqueólogo: Sítios* (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada *Endovélico*)¹ da responsabilidade do Património Cultural, I.P. (PCIP).

¹ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>. O Código Nacional de Sítio (CNS) dá acesso à ficha com a descrição do mesmo no *Endovélico*

- *Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação*² da responsabilidade do PCIP
- *SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*³ da responsabilidade do PCIP.
- *Geossítios: Inventário Nacional do Património Geológico* da responsabilidade da Universidade do Minho⁴
- *Vias Romanas em Portugal: Itinerários*⁵ da autoria de Pedro Soutinho
- *Inventário dos Jardins Históricos de Portugal* da responsabilidade da Associação Portuguesa de Jardins Históricos⁶
- Googlemaps⁷
- *Plano Director Municipal de Castelo Branco*, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/94, *Diário da República*, I Série-B, n.º 185, de 11/08/1994, pp. 4598-4616, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30-A/2002, *Diário da República*, 1.ª Série-B, n.º 35, de 11/02/2002; pelo Aviso n.º 26194/2008, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212 de 31/10/2008; pelo Aviso n.º 26651/2010, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244 de 20/12/2010; pelo Aviso n.º 23785/2011, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236 de 12/12/2011; pelo Aviso n.º 8637/2013, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129 de 08/07/2013. Este plano foi alterado por adaptação pela Declaração n.º 22/2017, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70 de 07/04/2017
- *Câmara Municipal de Castelo Branco: Município: Áreas de Ação: Ordenamento Território e Urbanismo* (<https://www.cm-castelobranco.pt/municipio/areas-de-acao/ordenamento-do-territorio-e-urbanismo/>, 19/03/2024)
- *Câmara Municipal de Castelo Branco: Município: Património* (<https://www.cm-castelobranco.pt/municipio/patrimonio/>, 19/03/2024)
- Bibliografia publicada sobre a região.

4.1.1.3 ANÁLISE TOPONÍMICA

A análise dos topónimos recenseados na CMP 1:25000 verificou a ausência de topónimos com potencial significado arqueológico na área de projeto do empreendimento em estudo.

4.1.2 Prospeção arqueológica

As prospeções arqueológicas realizaram-se no dia 8 de Junho de 2024, de forma sistemática em toda a área de incidência do projeto.

Conforme consta no Formulário que acompanha o Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos, o técnico responsável foi devidamente autorizado

²<https://patrimoniogpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>

³ http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2

⁴ <https://geossitios.progeo.pt/>

⁵ <http://viasromanas.pt/>

⁶ <https://jardinshistoricos.pt/home/search>

⁷ <https://maps.google.pt/>

pelo promotor do Estudo Ambiental para realizar prospeções arqueológicas nos terrenos e responsabiliza-se por eventuais danos causados pela atividade arqueológica.

Os meios usados no trabalho foram: indumentária tradicional para prospeções arqueológicas (que incluiu chapéu e casaco com sinalização), máquina fotográfica digital (a partir da qual se obtiveram as imagens constantes no relatório) e cartografia impressa (implantação da linha/apoios nas respetivas Cartas Militares de Portugal, no levantamento topográfico à escala de projeto de execução e na imagem aérea). A sinalização e segurança foi efetuada conforme a legislação prevista para este tipo de trabalhos de campo.

A documentação recolhida nos trabalhos de campo foi integralmente transposta para o atual relatório. Como não foram recolhidos materiais arqueológicos no decorrer das prospeções arqueológicas, não há necessidade de fazer qualquer depósito de materiais arqueológicos.

Nesta fase de avaliação ambiental não estão previstas ações de divulgação pública dos resultados obtidos nas prospeções.

4.1.2.1 VISIBILIDADE DO TERRENO

O descritor de visibilidade do terreno encontra-se organizado em duas categorias subordinadas: a primeira consiste numa análise geral da visibilidade do terreno, que permite distinguir as grandes unidades de observação; a segunda distingue-se pela necessidade de pormenorizar o grau de visibilidade boa do terreno (ver Quadro 2).

Visibilidade má do terreno	1	Intransponível ao percurso pedestre.
Visibilidade mista do terreno	2	Arvoredo denso, mas com o mato medianamente limpo. Facilita o percurso pedestre e a observação geral do terreno.
Visibilidade média do terreno	3	Arvoredo pouco denso e com vegetação acima do joelho. Facilita o percurso pedestre e a observação de construções.
Visibilidade boa do terreno	4	Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Facilita o percurso pedestre, a observação de construções e de materiais arqueológicos.
Solo urbano	5	Sem arvoredo, com vegetação abaixo do joelho, grande quantidade de entulho e de lixo recente. Observação de construções, mas superfície de solo original sem qualidade de observação.
Aterros e escavações	6	Sem arvoredo, sem vegetação e com o terreno completamente revolido. Superfície do solo original sem qualidade de observação.
Área vedada	7	Intransponível ao percurso pedestre.
Terreno de forte inclinação	8	Percurso pedestre dificultado por questões de segurança.
Áreas de fogo e de desmatção	9	Arvoredo pouco denso e vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre, a observação de construções e de materiais arqueológicos.

Quadro 1 - Graus de visibilidade do terreno

Visibilidade mínima da superfície do solo	4.1	Vegetação rasteira a cobrir a quase totalidade do solo. Observação facilitada de construções, mas com identificação difícil de materiais arqueológicos.
Visibilidade intermédia da superfície do solo	4.2	Vegetação rasteira a cobrir parcialmente o solo. Observação facilitada de construções e identificação razoável de materiais arqueológicos.
Visibilidade elevada da superfície do solo	4.3	Solo limpo por trabalhos agrícolas recentes. Observação facilitada de construções e de materiais arqueológicos.

Quadro 2 - Grau de diferenciação do descritor 4

4.1.2.2 FICHA DE SÍTIO

O registo dos sítios com valor patrimonial identificados no decorrer dos trabalhos de campo é feito numa ficha criada para este efeito.

A Ficha de Sítio encontra-se organizada em cinco grupos de descritores relacionados com os seguintes objetivos:

- Identificação;
- Localização administrativa e geográfica;
- Descrição da Paisagem;
- Caracterização do material arqueológico;
- Caracterização das estruturas;
- Avaliação e classificação do valor patrimonial;
- Avaliação e classificação do valor de impacto patrimonial.

Designação	Nome do lugar identificado ou do topónimo mais próximo situado na mesma freguesia.
CNS	Classificação Numérica de Sítios, atribuída na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Tipo de sítio	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Período	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Tipo de trabalhos realizados	Utilização de listagem existente na Base de Dados <i>Endovélico</i> (DGPC).
Classificação oficial	Tipo de Classificação Oficial.
Legislação	Decreto-Lei que define a Classificação Oficial.
ZEP	Zona Especial de Proteção, com o Decreto-Lei que a define.
Número	Numeração sequencial dos sítios identificados.

Quadro 3 - Grupo de descritores relacionado com a identificação de sítio

Topónimo	Topónimo na CMP 1:25000 mais próximo situado na mesma freguesia.
Lugar	Nome do lugar situado mais próximo, considerando sempre as fontes orais.
Freguesia	Freguesia onde está localizado.
Concelho	Concelho onde está localizado.
Sistemas de Coordenadas	ETRS 89
C.M.P.	Número da folha da Carta Militar de Portugal esc. 1:25000

Quadro 4 - Grupo de descritores relacionado com a localização de sítio

Acessibilidade	Tipo de Acessos e respetiva inventariação.
Âmbito geológico	Caraterização geológica sumária do local de implantação do sítio.
Relevo	Descrição sumária do relevo onde o sítio se encontra implantado.
Coberto vegetal	Descrição sumária da vegetação que cobre e circunda o sítio.
Uso do solo	Descrição do uso do solo no local implantação do sítio.
Controlo Visual da Paisagem	Descreve a amplitude da paisagem observável a partir do sítio.
Tipo de vestígios identificados	Caraterização dos vestígios que permitiram a identificação do sítio.

Quadro 5 - Grupo de descritores relacionado com a descrição da paisagem envolvente

Área de dispersão	Caraterização da área de dispersão do material arqueológico.
Tipo de dispersão	Caraterização da forma como o material arqueológico se distribui pela área do sítio.
Tipo de material presente	Recenseamento dos tipos de material arqueológico observados no sítio.
Caraterísticas do material identificado	Descrição mais pormenorizada do material arqueológico observado.
Cronologia do material identificado	Caraterização cronológica do material arqueológico observado.

Quadro 6 - Grupo de descritores relacionado com a caracterização do material arqueológico

Estado de conservação	Caraterização do estado de conservação das estruturas.
Descrição da planta e relação espacial das estruturas	Descrição da forma como as estruturas identificadas se organizam espacialmente.
Modo de construção	Descrição do modo de construção de cada estrutura.
Materiais de construção	Descrição dos materiais usados na construção de cada estrutura.
Descrição das estruturas	Descrições das caraterísticas de cada estrutura que não tenham sido assinaladas nos campos anteriores.
Interpretação funcional das estruturas	Proposta da função de cada estrutura.
Elementos datantes da estrutura	Registo de eventuais elementos datantes intrínsecos a cada estrutura.

Quadro 7 - Grupo de descritores relacionado com a caracterização das estruturas

4.1.2.3 REGISTO FOTOGRÁFICO

O registo fotográfico realizado teve como objetivos a obtenção de imagens dos sítios com valor patrimonial, da paisagem envolvente, do relevo e da vegetação que cobria o terreno, na área que será afetada por este projeto.

4.1.2.4 REGISTO CARTOGRÁFICO

A área de projeto foi delimitada na Carta Militar de Portugal, mais concretamente na folha n.º 292 (Anexo I, Fig.ª 1, à escala 1:25.000).

O projeto de execução e o grau de visibilidade do terreno foram assinalados na cartografia de projeto, *vide* Anexo I, Fig. 2 e Fig. 3, à escala 1:1000.

4.1.2.5 INFORMAÇÃO ORAL

No decorrer das prospeções arqueológicas sistemáticas não se obteve informação oral relevante para este estudo.

4.1.3 Valor patrimonial

A avaliação do **Valor Patrimonial** é obtida a partir dos descritores considerados mais importantes para calcular o valor patrimonial de cada sítio. O valor patrimonial é calculado usando as categorias apresentadas no Quadro 8, às quais é atribuída uma valoração quantitativa.

Valor da Inserção Paisagística	2
Valor da Conservação	3
Valor da Monumentalidade	2
Valor da raridade (regional)	4
Valor científico	7
Valor histórico	5
Valor Simbólico	5

Quadro 8 - Fatores usados na avaliação patrimonial e respetiva ponderação

Por **Valor da Inserção Paisagística** entende-se a forma como o sítio se relaciona com o espaço envolvente, se esta relação acrescenta ou não valor ao sítio, assim como a avaliação da qualidade desse espaço. Se, por exemplo, a paisagem onde o sítio se encontra se apresentar semelhante à paisagem original, entenda-se a paisagem contemporânea da construção e utilização do sítio, a sua inserção paisagística será considerada “com interesse”.

Nos casos em que não foi possível determinar este valor, o mesmo não contribuiu para o cálculo do Valor Patrimonial.

Com Interesse	5
Com pouco interesse	2
Sem Interesse	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 9 - Descritores do Valor da Inserção Paisagística e respetivo valor numérico

O **Valor da Conservação** avalia o estado de conservação da incidência patrimonial em questão. Do valor deste item pode depender uma decisão de conservação e/ou restauro de um sítio, já que é mais profícuo, se todas as outras variáveis forem iguais, investir na conservação de um sítio em bom estado do que num sítio em mau estado.

O nível de conservação de um sítio subterrado é desconhecido, portanto este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Bom	5
Regular	2
Mau	1
Desconhecido	Nulo

Quadro 10 - Descritores do Valor da Conservação e respetivo valor numérico

O **Valor da Monumentalidade** considera o impacto visual da incidência patrimonial no meio envolvente, dadas as suas características arquitetónicas e artísticas. Avalia simultaneamente o impacto que resulta de uma intenção evidente dos construtores do sítio em questão e o impacto que é atualmente observável, que decorre da evolução do sítio e da paisagem onde se insere, assim como da evolução das categorias culturais que reconhecem, ou não, a monumentalidade de um sítio.

É claro que a atribuição deste valor deve ser avaliada regionalmente. A valorização das suas características arquitetónicas e artísticas foi feita tendo em consideração a sua relevância a nível regional.

Também neste caso não foi possível determinar o Valor da Monumentalidade de um sítio totalmente enterrado e, nesse caso, este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 11 - Descritores do Valor da Monumentalidade e respetivo valor numérico

O **Valor da Raridade** é determinado pela quantidade de incidências patrimoniais com as mesmas características daquela que se encontra em avaliação na região em estudo. Houve situações, por incapacidade de caracterizar convenientemente o objeto em estudo, em que se desconhecerá a raridade do mesmo. Nesse caso este critério não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Único	5
Raro	4
Regular	2
Frequente	1
Desconhecido	Nulo

Quadro 12 - Descritores do Valor da Raridade e respetivo valor numérico

O **Valor Científico** é o resultado do potencial que se atribui, ao sítio em avaliação, para o conhecimento das sociedades que o construíram e utilizaram. Este valor é independente da antiguidade atribuída à incidência patrimonial em questão.

Mais uma vez, quando este valor foi indeterminável, não foi tido em conta na determinação do Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 13 - Descritores do Valor Científico e respetivo valor numérico

No **Valor Histórico** valoriza-se a importância que a incidência patrimonial tem como objeto representativo de um determinado período histórico na região em questão. Neste caso a antiguidade do objeto já foi considerada, visto que, em geral, conservam-se menos vestígios dos períodos históricos mais recuados, o que aumenta a importância de cada vestígio singular.

Também foi considerado na atribuição deste valor que, para o conhecimento das sociedades pré-históricas, assim como para o conhecimento de muitos aspetos das sociedades históricas e mesmo contemporâneas, os vestígios materiais são a única fonte de informação disponível.

Também neste caso, se não foi possível determinar este valor, não foi usado no cálculo do valor patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 14 - Descritores do Valor Histórico e respetivo valor numérico

Com o **Valor Simbólico** pretende-se avaliar a importância que a incidência patrimonial tem para as comunidades que usufruem dela atualmente. A atribuição deste valor depende da perceção do sítio na identidade comunitária, da relação afetiva que as populações mantêm com ele, e da importância na sua vivência social e religiosa. Se não for possível determinar este valor, o mesmo não será usado para calcular o Valor Patrimonial.

Elevado	5
Médio	2
Reduzido	1
Indeterminável	Nulo

Quadro 15 - Descritores do Valor Simbólico e respetivo valor numérico.

O **Valor Patrimonial** resulta, pois, da avaliação dos sete fatores anteriormente descritos. Esta avaliação decorre da observação do sítio e análise da informação existente sobre o mesmo. Classifica-se cada sítio segundo um determinado “valor” (Inserção Paisagística, Conservação, Monumentalidade, etc.), através de uma valoração qualitativa (Elevado, Médio, Reduzido, por exemplo) à qual é atribuído um valor numérico conforme os quadros anteriores.

Como se considera que os ditos fatores não devem pesar da mesma forma no **Valor Patrimonial**, são ponderados de forma diferenciada, conforme os valores apresentados no Quadro 17.

Assim, o **Valor Patrimonial** é um índice que resulta da soma dos produtos dos vários critérios apresentados com o valor de ponderação, dividida pelo número total de categorias consideradas, ou seja:

$$(\text{Valor da Inserção Paisagística} \times 2) + (\text{Valor da Conservação} \times 3) + (\text{Valor da Monumentalidade} \times 2) + (\text{Valor da Raridade} \times 4) + (\text{Valor Científico} \times 7) + (\text{Valor Histórico} \times 5) + (\text{Valor Simbólico} \times 5) / 7$$

Se todos os fatores forem considerados, o Valor Patrimonial mais baixo atribuível será igual a 4, enquanto o valor mais alto será igual a 20. Só será obtido um valor patrimonial inferior a 4, o que corresponde à Classe E de Valor Patrimonial, se os únicos fatores considerados no cálculo do Valor Patrimonial forem aqueles cujo grau de ponderação é o mais baixo, a saber, o Valor da Inserção Paisagística, o Valor da Conservação e o Valor da Monumentalidade. Num caso destes, o Valor Patrimonial obtido reflete sobretudo o desconhecimento acerca da incidência patrimonial em questão e portanto deve ser manuseado com muita cautela.

Conforme o Valor Patrimonial cada incidência patrimonial é atribuível a uma **Classe de Valor Patrimonial**, correspondendo a Classe A às incidências patrimoniais de valor mais elevado e a classe E às incidências patrimoniais com menor valor.

Significado	Classe de Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Muito elevado	A	$\geq 16 \leq 20$
Elevado	B	$\geq 12 < 16$
Médio	C	$\geq 8 < 12$
Reduzido	D	$\geq 4 < 8$
Muito reduzido	E	< 4

Quadro 16 - Relação entre as Classes de Valor Patrimonial e o Valor Patrimonial

4.2 Localização administrativa

A área de enquadramento histórico deste trabalho encontra-se a mais de 5300 m, sensivelmente a Sudeste, do castelo de Castelo Branco, no topo da escarpa da falha do Pônsul, com cotas que variavam originalmente⁸ entre os 200 e 273 m. É, portanto, uma área de orografia bastante acidentada, pertencente à bacia hidrográfica do rio Pônsul, do qual dista c. de 1300 m e localizada na freguesia de Castelo Branco, do mesmo concelho.

Esta área é atravessada pela Estrada Nacional (EN) 18-8 que liga Castelo Branco a Malpica do Tejo, sede da freguesia do mesmo concelho que se encontra a Sul do rio Pônsul. Já na freguesia de Malpica do Tejo, próximo do Monte de Cima, tem origem, na EN 18-8, a Estrada Municipal (EM) 554 que dá acesso a Monforte da Beira. A EN 18-8 e a EM 554 já se encontram representadas na *Carta militar das principais estradas de Portugal* editada em 1808 (Eça, 1808).

4.3 Breve enquadramento histórico

O estudo da ocupação humana no território onde se desenvolve este projeto tem como objetivo, no âmbito deste trabalho, compreender a evolução da ocupação humana neste espaço específico, de forma a melhor enquadrar e

⁸ Antes da construção do Aterro de Resíduos não Perigosos de Castelo Branco

avaliar as incidências patrimoniais identificadas e os futuros impactos sobre a paisagem cultural que resultarão desta obra.

Assim, neste capítulo esboça-se a evolução histórica do território ocupado pela área de enquadramento histórico, pois a sua intenção não é a história da região servida por este projeto, mas a evolução da ocupação no espaço específico onde o mesmo se localiza.

Antes da construção do Aterro de Resíduos não Perigosos de Castelo Branco, a única evidência conhecida de antropização da área de enquadramento histórico foi a construção da atual EN 18-8. No entanto, a presença na Carta Militar de Portugal⁹ do Monte do Vedulho a Oeste, do Monte do Clérigo a Sudoeste e do Monte da Ponte a Sudeste, todos a menos de 400 m, sugere que pelo menos em período contemporâneo esta área tenha sido explorada pelos habitantes daqueles montes. Provavelmente esta exploração terá sido heterogénea, aproveitando recursos silvícolas, pecuários e agrícolas.

O *Endovéllico* só apresenta um sítio arqueológico no espaço com 1000 m de raio em volta da área de enquadramento histórico, o CNS 42305 - Ribeira do Cagavaio, localizada perto do limite oriental deste espaço mais alargado.

Trata-se de uma represa sobre a Ribeira do Cavagaio, identificada por Mário Monteiro em 2023 e datada do período romano. Esta represa serviria para recolher água que seria canalizada para uma área de mineração do mesmo período, CNS 42304 - Rio Ponsul 2¹⁰ identificada pelo mesmo autor. Este sítio encontra-se a cerca de 1270 m para Este da represa, ou seja, já a mais de 2000 m da área de enquadramento histórico. Assim, com os dados atualmente disponíveis é possível afirmar que a área de enquadramento histórico está próxima, senão do interior, de um território mineiro, explorado durante o período romano.

No espaço entre os 1000 e 2000 m em redor da área de enquadramento histórico, o *Endovéllico* regista os seguintes vestígios de ocupação humana antiga:

- CNS 2498 - Monte da Ponte, localizado a Sul, já no vale do rio Pônsul, estação de ar livre paleolítica
- CNS 4186 - Estação Arqueológica do Monte de São Martinho¹¹ localizada no limite Norte deste espaço, povoado com ocupação do Bronze Final, da Idade do Ferro e do Período Romano. No espaço da estação encontra-se o CNS 680 - Menir de São Martinho.
- CNS 4185 - São Martinho III, possíveis vestígios de uma villa romana, a Norte, numa zona aplanada a pouco mais de 400 m da EN 18-8
- CNS 4209 - Ponte do Ponsul, a ponte antiga sobre o rio Pônsul que poderá ter origem no período romano

⁹ À esc. 1: 25000, folha 292

¹⁰ “Ampla cumeada sobre o rio Ponsul onde abundam cortas, conheiras, valas de drenagem e o leito de receção de finos paralelamente ao rio. Não se observam indícios de explorações posteriores. A água da lavagem deveria vir da represa da Ribeira do Cagavaio (CNS 42305), localizada a oeste desta ribeira.” (*Endovéllico*)

¹¹ Em Vias de Classificação (Homologado como IIP - Imóvel de Interesse Público), Despacho de homologação de 14-02-1989 da Secretária de Estado da Cultura.

Apesar do CNS 2498 - Monte da Ponte se encontrar no interior do raio de 2000 m, a sua implantação no vale do rio Pônsul contrasta com as características da área de enquadramento histórico. Note-se que os restantes sítios do mesmo período conhecidos na freguesia de Castelo Branco¹² também se encontram sobre o mesmo vale, a montante do Monte da Ponte. As características naturais da área de enquadramento histórico poderiam torná-la menos apelativas à comunidade ou comunidades que deixaram vestígios no vale: junto ao rio a fauna e a flora seriam mais ricas e abundantes e a deslocação mais fácil.

No limite Norte desta zona alargada encontra-se um indício de ocupação Neolítica deste espaço, o CNS 680 - Menir de São Martinho, “afeiçoado nos V-IV milénio a. C.” (Vilaça, 2013a, 212). Note-se, no entanto, que os restantes vestígios¹³ nesta freguesia que se podem atribuir a este período, estão todos mais a Norte que este Menir. Os dados atualmente disponíveis conjuram a impressão de que a área de enquadramento histórico se encontra a sul da área intensamente ocupada durante o Neolítico e que o Menir de São Martinho marca o vértice meridional da mesma.

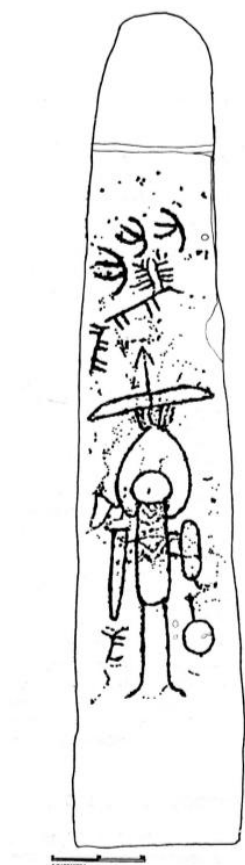


Figura 1 - “Decalque da estela de S. Martinho II” (Gomes e Monteiro, 1977-78, 315, Fig. 7), CNS 680 - Menir de São Martinho

¹² CNS 1218 Malhada Velha e CNS 2249 - Monte do Sordo

¹³ Existe um possível local de ocupação (CNS 4183 - Quinta de Pires Marques) cuja ficha do *Endovéllico* não descreve; um povoado (CNS 1596 - Pedra da Garalheira) e cinco monumentos megalíticos (CNS 1236 - Fonte Fundeira; CNS 4205 - Capa Rota/ Gargalheira; CNS 42183 - Horta Longa; CNS 42186 - Rebouça 1; CNS 42187 - Rebouça 2) cuja cronologia atribuída, Neocalcolítico, é bastante lata.

Esta situação mantém-se durante o período calcolítico¹⁴, já que não se conhece cronologias mais finas para os restantes monumentos megalíticos e pode supor-se que o Menir de São Martinho tenha continuado a ser integrado na vivência destas sociedades apesar das modificações que as mesmas sofreram.

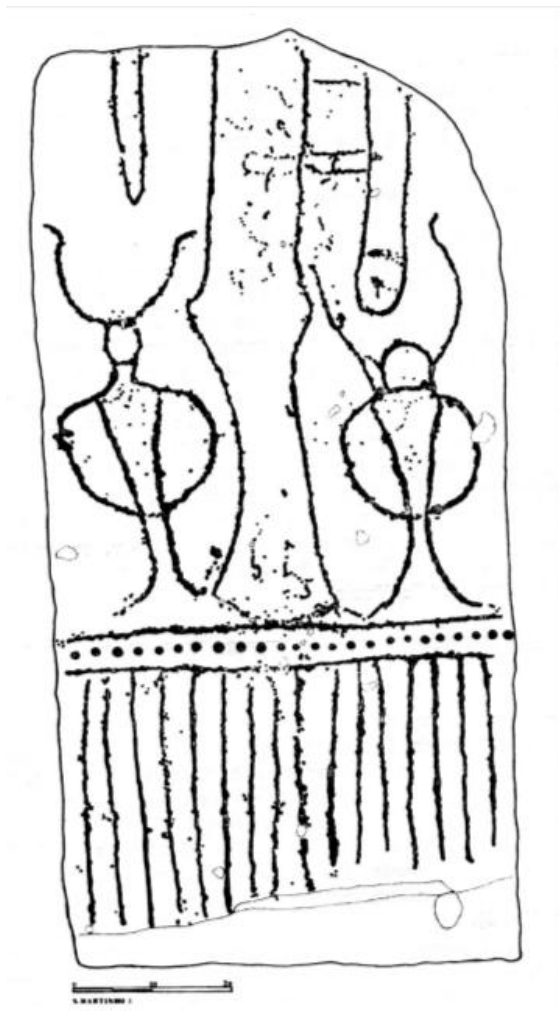


Figura 2 - “Decalque da estela I de S. Martinho” (Gomes e Monteiro, 1977-78, 320, Fig. 9)

É possível que o Monte de São Martinho seja desde o Neolítico um santuário que será transformado em povoado (talvez amuralhado) durante o Bronze Final, sem perder as suas funções religiosas (Vilaça, 2013a, 212). Será nesta época que uma das faces do Menir de São Martinho é “aplanada, criando-se uma face para receber a cena que actualmente a decora” (Gomes e Monteiro, 1977-78, 310, S. Martinho II), a figura de um guerreiro ao centro, rodeado pelo seu equipamento pessoal, que aponta com o seu arco para a caça na parte superior da composição (Gomes e Monteiro, 1977-78, 314, S. Martinho II).

A importância deste povoado é reforçada pela presença de duas estelas antropomórficas:

¹⁴ A este período também é atribuível o CNS 38770 - Couto Fonte da Póvoa, no norte da freguesia.

“Ambas apresentam um cinturão ao nível da cintura, que em S. Martinho I está provido de uma linha de covinhas a representarem os respetivos pregos (...) As linhas paralelas que partem do cinturão das duas estelas indicam que as grandes figuras antropomórficas envergam túnicas presas na cintura pelos cinturões e pregueadas na parte inferior.

(...) Lamentavelmente, estão destruídas as partes superiores das duas estelas, onde seria de esperar, como um sumário estudo comparado chega para sugerir, que estivessem as cabeças dos grandes personagens, facto que inibe maiores desenvolvimentos do paralelismo com os ídolos-estelas. A mesma razão frustra qualquer interpretação segura do que resta das figuras gravadas no sector superior, que Almagro considerou representações de uma espada e de uma maça, na de S. Martinho I, e do cabo de uma lança e de outra espada, na de S. Martinho III (1966, 34 e 39). /

A estela de S. Martinho 1, maior e melhor conservada do que a sua congénere, está dividida na zona superior por uma banda estreita, de lados em arco, que desce na vertical até ao cinturão. De cada lado desta banda foi gravada uma figura antropomórfica em phi com linhas sinuosas sobre a cabeça que poderão representar capacetes de cornos curvos. A ser assim, teríamos um elemento cronológico que permitiria datar estes dois se monumentos no séc. IX a. C.” (Gomes e Monteiro, 1977-78, 319-321, S. Martinho I e II).

A localização deste povoado¹⁵, o seu domínio visual e a sua importância social e simbólica revelada pelas estelas¹⁶ levam a crer que a área de enquadramento histórico estaria necessariamente no seu território, cujo limite sul seria o rio Pônsul. Esta situação ter-se-á mantido durante a Idade do Ferro e o Período Romano, já que o povoado continua ocupado até ao sec. IV d. C (Martins, s.d.a).

No entanto, no Período Romano nota-se a intensificação e diversificação da exploração do território em redor desta área. Não só esta fica próxima de um território de exploração mineira, como notado mais acima, como a Norte dela existe um local de ocupação romano, o CNS 4185 - São Martinho III, uma possível *villa*. Se esta tipologia se confirmar, significa que a nova forma de exploração do território, estabelecida sob a égide do Monte de São Martinho (Conceição, 1993a), se aproximou também da área de enquadramento histórico: a propriedade agrícola explorada por uma família alargada, encabeçada pelo *dominus*, com áreas domésticas e instalações de apoio às atividades agropecuárias.

Finalmente, a possibilidade de que o CNS 4209 - Ponte do Ponsul seja de fundação romana, sugere que, pelo menos parcialmente, o traçado da EN 18-8

¹⁵ “Situa-se no topo de uma elevação de forma cónica que se destaca a sudeste da cidade de Castelo Branco (...). O seu campo visual estende-se a nascente pela planície aluvial do Ponsul até Monsanto e Gardunha e a poente até à serra do Muradal. Situa-se entre dois afluentes do Tejo - o Pônsul e o Ocreza (...) (Silva, 2006, 30)

¹⁶ Entre outros achados, nomeadamente metálicos.

recue a este período¹⁷, levantando assim a hipótese das funções rodoviárias da área de enquadramento histórico recuarem ao período romano e tendo-se mantido desde então. Esta ponte terá sido reconstruída em período medieval, talvez no séc. XIV (Castro, 2000a).

Depois do período romano não se encontrou, no âmbito deste trabalho, evidência de ocupação humana no espaço com 2000 m de raio em redor da área de enquadramento histórico. A distribuição de povoamento rural, os “montes”, na Carta Militar de Portugal poderão ser um fenómeno contemporâneo que possivelmente tem origem no crescimento populacional que se verificou no distrito de Castelo Branco a partir de meados do sec. XIX (Veiga, 2004, 43-45).

¹⁷ A proximidade do CNS 4185 - São Martinho III à EN 18-8 e a presença de uma área mineira junto ao rio Pônsul contribuem para esta hipótese.

4.4 Factor de património

4.4.1 Caraterização da paisagem e do terreno

Os trabalhos de campo contribuíram para o registo de 2 tipos de paisagem: um grande aterro (solo artificializado) e uma pequena depressão, com a superfície do terreno coberta por densa vegetação (visibilidade média e má do terreno).



Figura 3 - Vista geral do eucaliptal (visibilidade média e má)



Figura 4 - Vista geral do aterro (solo artificializado)

As prospeções arqueológicas decorreram normalmente, sem qualquer obstáculo à progressão pedestre, embora a observação do solo fosse

condicionada pelo aterro existente e pelo eucaliptal que cobre as vertentes do cabeço.

4.4.2 Ocorrências patrimoniais

Os trabalhos realizados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica) não revelaram a existência de ocorrências patrimoniais na área de projeto, quer de natureza arqueológica, quer arquitetónica ou etnográfica.

5 Avaliação de Impacte Patrimonial

5.1 *Análise dos impactes patrimoniais*

Os trabalhos efetuados (levantamento de informação bibliográfica e prospeção arqueológica do terreno) não revelaram a presença de ocorrências patrimoniais com valor etnográfico, significado arquitetónico ou interesse arqueológico, na área de incidência deste projeto, porque o projeto já se encontra integralmente implantado no terreno.

5.1.1 Fase de exploração

Não se preveem impactes negativos (diretos ou indiretos) no decorrer da exploração dos edifícios.

5.1.2 Síntese de impactes

Os trabalhos executados no âmbito do Descritor Património (levantamento bibliográfico de informação e prospeções arqueológicas da superfície do terreno) demonstraram a inexistência de ocorrências patrimoniais na área de incidência do projeto.

Assim, em termos patrimoniais pode considerar-se como viável o projeto de empreitada proposta para análise.

5.2 *Medidas de minimização patrimonial*

5.2.1 Fase de construção (acompanhamento arqueológico)

A eventual construção de novos edifícios terá que ter acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplenagens, depósitos e empréstimos de inertes), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a desmatção.

Antes de a obra ter início deverão ser discutidas, por todos os intervenientes, as medidas necessárias para evitar a destruição de sítios com valor patrimonial que venham a ser identificados, bem como, os procedimentos e normas a cumprir durante o Acompanhamento Arqueológico.

As observações realizadas pela equipa de arqueologia deverão ser registadas em Fichas de Acompanhamento, que têm os seguintes objetivos principais:

- Registrar o desenvolvimento dos trabalhos de minimização.
- Registrar todas as realidades identificadas durante o acompanhamento arqueológico (de carácter natural e de carácter antrópico) que fundamentam as decisões tomadas: o prosseguimento da obra sem necessidade de medidas de minimização extraordinárias ou a interrupção da mesma para proceder ao registo dos contextos identificados e realizar ações de minimização arqueológica, como por exemplo, sondagens arqueológicas de diagnóstico.

Sempre que for detetado um novo local com interesse patrimonial, este deverá ser alvo de comunicação ao Dono de Obra, ao Empreiteiro e à Direção

Regional de Cultura do Alentejo, pelos canais que vierem a ser combinados em sede própria.

Após a conclusão do acompanhamento arqueológico de campo terá de ser realizado um relatório final com uma síntese de todas as tarefas efetuadas. Assim, deverá ser feito um texto, no qual serão apresentados os objetivos e as metodologias usadas, bem como, uma caracterização sumária do tipo de obra, os tipos de impacte provocados e um retrato da paisagem original.

Por fim, deverão ser caracterizadas todas as medidas de minimização realizadas, os locais de incidência patrimonial eventualmente identificados e descritos criteriosamente todos os sítios afetados pelo projeto.

As medidas patrimoniais genéricas aplicadas a todos os locais situados na zona abrangida pelo projeto são as seguintes:

- Proteção, sinalização e vedação da área de proteção de cada local identificado nos trabalhos, desde que não seja afetado diretamente pelo projeto.
- Realização de sondagens arqueológicas manuais, no caso de se encontrarem contextos habitacionais ou funerários, durante o acompanhamento arqueológico.

As sondagens serão de diagnóstico e têm como principais objetivos: identificação e caracterização de contextos arqueológicos; avaliação do valor patrimonial do local; apresentação de soluções para minimizar o impacto da

6 Bibliografia

BAPTISTA, P.

(2019a) - *Mobilidade humana nos territórios da Beira Interior durante o Bronze Final*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta. (*Estudos Pré-históricos*, 19).

CANINAS, J. C. P.

(2020a) - *Megalitismo e povoamento entre o Zêzere e o Tejo na região de Castelo Branco: Identidades*. Évora: U.E.

CASTRO, L.

2000a) - Ponte Romana em Pônsul. *SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*.

(http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=7863, 07/05/2026)

CONCEIÇÃO, M.

(1993a) - Castro do Monte de São Martinho / Estação Arqueológica do Monte de São Martinho. *SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*.

(http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2498, 07/05/2026)

EÇA, Lourenço Homem da Cunha de (1765-1833)

(1808) - *Carta militar das principaes estradas de Portugal*. grav. Romão Eloy Almeida. Escala [ca. 1:470000]. Lisboa : [s.n.]. 1 mapa em 4 folhas : gravura, p&b ; 74,50x136,00 cm, em folha de 91,50x143,00cm.

GOMES, M.V. e MONTEIRO, J. P.

(1976-77) - As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel, Beja): Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 2-3: 281-343.

MARTINS, A.

(s.d.a) - Estação Arqueológica do Monte de São Martinho. *Ulysses, sistema de informação do património classificado / Património Cultural, I.P.*

(<https://imovel.patrimoniocultural.gov.pt/detalhes.php?code=73973>, 07/05/2026)

SILVA, R. C.

(2006) - *Génese e Transformação da Estrutura do Povoamento do I Milénio a.C na Beira Interior*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: FLUC.

VEIGA, T. R.

(2004a) - *A População Portuguesa no Século XIX*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento Lda.

VILAÇA, R. M. R.

(2013a) - O povoamento da Beira Interior durante o Bronze Final: evidências, interação e simbolismos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: CMO. 20: 191-200

7 Ficha Técnica

Direção do Departamento Técnico: Mulize Ferreira

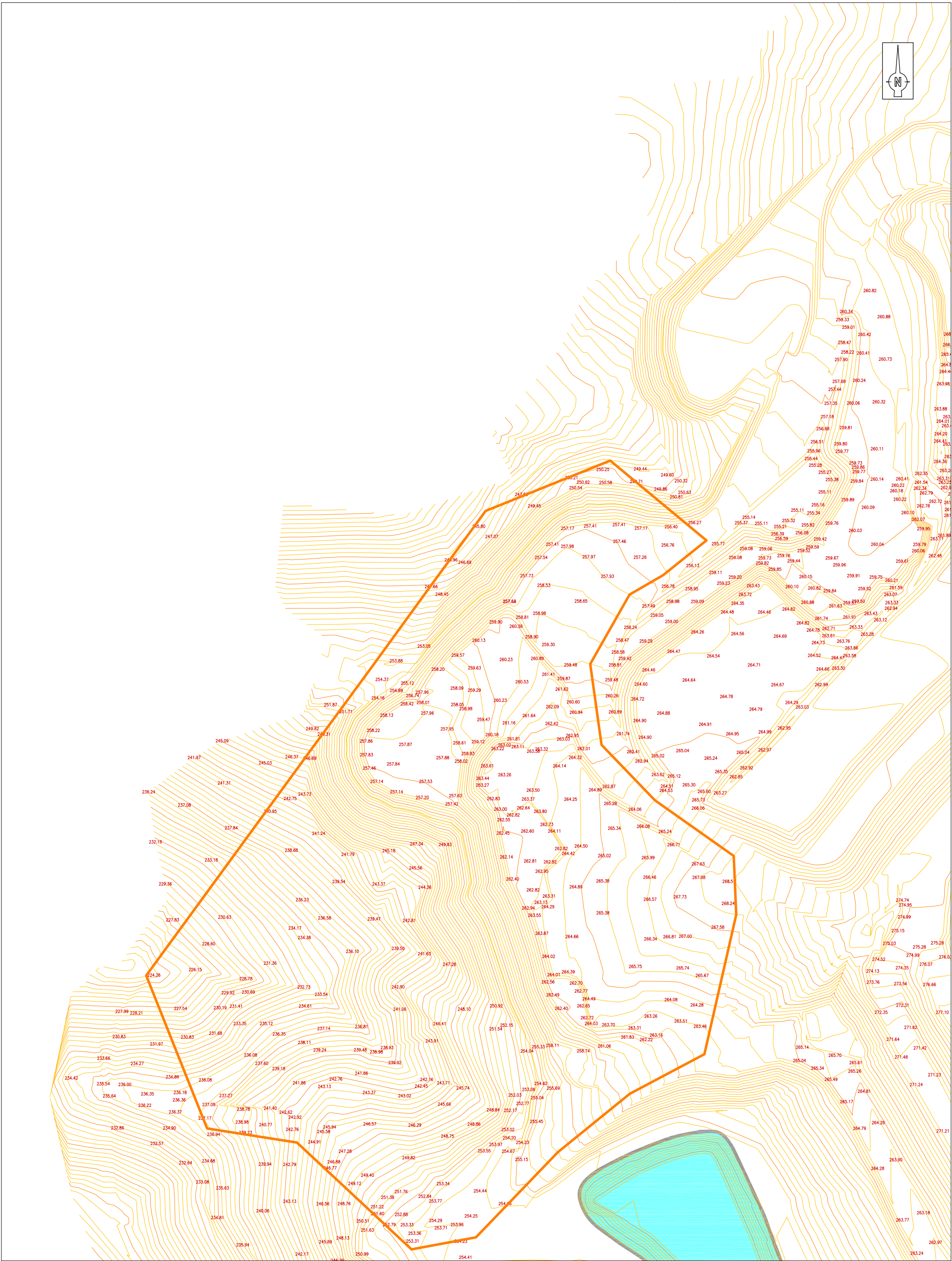
Direção Científica do Trabalho: João Albergaria

Prospeções arqueológicas: João Albergaria

Execução do Relatório: João Albergaria

Desenhos de Auto-Cad: João Albergaria

Anexo I: Documentação gráfica



LEGENDA

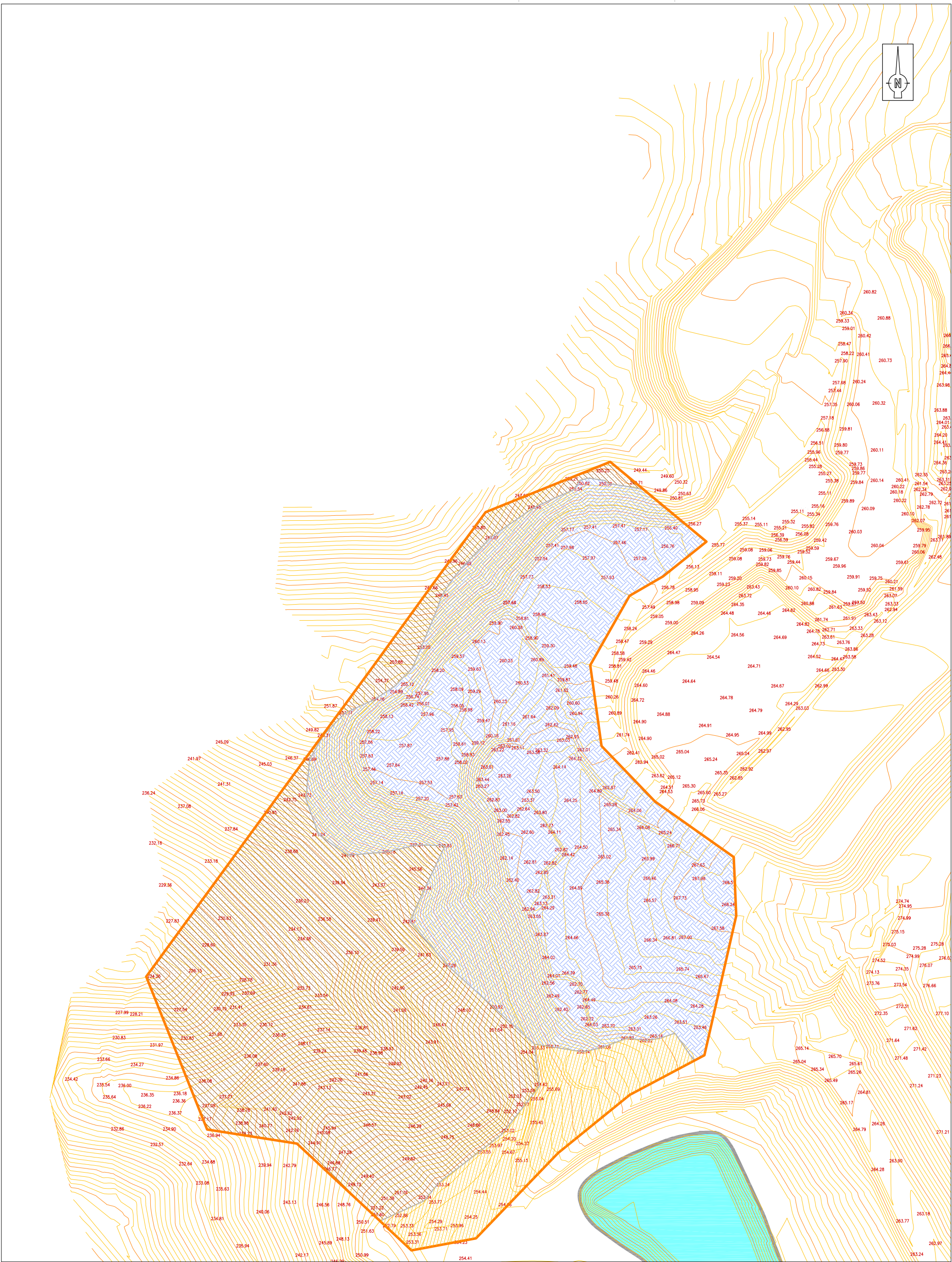
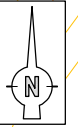
Área de incidência de projeto



Folha: 2.01

Escala:
1:1000
Coord:
ETRS 89

Projeto: 1163_24
Descritor de Patrimônio
Estudo de Impacte Ambiental (PE)
Ampliação do Aterro de Castelo Branco
(Castelo Branco)
Área de incidência de projeto
(Levantamento topográfico)
Executado por: João Albergaria 08/05/2024



LEGENDA

- Área de incidência de projeto
- Visibilidade média do terreno
- Visibilidade má do terreno
- Solo urbano



Folha: 3.01

Escala:
1:1000
Coord:
ETRS 89

Projeto: 1163_24
Descritor de Patrimônio
Estudo de Impacte Ambiental (PE)
Ampliação do Aterro de Castelo Branco
(Castelo Branco)
Visibilidade de terreno
Executado por: João Albergaria 08/05/2024

Anexo II: Inventário de fotografias

N.º	Sítio	Assunto	Orientação
1	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
2	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
3	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
4	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
5	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
6	Geral	Vista geral do terreno	S - N
7	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
8	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO
9	Geral	Geral	SO - NE
10	Geral	Geral	NE - SO



Foto nº1



Foto nº2



Foto nº3



Foto nº4



Foto nº5



Foto nº6



Foto nº7



Foto nº8



Foto nº9



Foto nº10

Anexo III: Inventário de fotografias impressas

N.º	Sítio	Assunto	Orientação
2	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
3	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
5	Geral	Vista geral do terreno	SE - NO
6	Geral	Vista geral do terreno	S - N
8	Geral	Vista geral do terreno	NE - SO